

IDOSOS EM MOÇAMBIQUE: ROMPER A CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

Gustavo Sugahara | António Francisco

INTRODUÇÃO

Num breve texto publicado em meados de 2011, os autores deste trabalho defenderam a necessidade e a pertinência da inclusão do envelhecimento da população na agenda dos principais desafios do desenvolvimento de Moçambique (Sugahara & Francisco 2011).

À primeira vista, tal sugestão pareceu pretender provocar simplesmente assunto sobre o qual não existe matéria suficiente. Só que esta percepção deriva mais da atitude dos analistas e profissionais para com a demografia. Apesar do reconhecimento generalizado de que a demografia joga um papel importante no desenvolvimento, poucos são os que de facto incorporam explicitamente os fenómenos que a teoria demográfica tem identificado em suas análises e programas de acção política. Em muitos casos, **governantes e outros fazedores de políticas públicas também não ajudam**, pelo facto de estarem mais preocupados com questões de imediato ou curto prazo (e.g. as próximas eleições) do que com os desenvolvimentos de longo prazo. De qualquer forma, mesmo se os governos nada contribuem - positiva ou negativamente - para as mudanças demográficas, elas acontecem ao ritmo da dinâmica da própria população, dependendo da sua estrutura e interdependência com o meio onde vive (Dyson 2010; Francisco 2010a; Francisco 2011a; Francisco 2011e).

Porque as pessoas reconhecem os efeitos da dinâmica dos fenómenos demográficos imediatamente perceptíveis, é compreensível que o senso comum reaja negativamente, ou pelo menos com surpresa, à sugestão de se prestar atenção à questão do envelhecimento populacional num país como Moçambique. Por um lado, a população moçambicana integra o grupo de populações reconhecidas como jovens, populações

de “países nascentes”, para usar o termo de Shediak *et al.*(2011), ao qual voltaremos mais adiante.

Neste contexto, o maior desafio demográfico enfrentado por Moçambique é, de imediato, mais aquele que resulta do crescimento da população infantil e adolescente do que o da população adulta e sobretudo idosa. Por outro lado, para os mais informados sobre o debate e as transformações associadas ao fenómeno do envelhecimento populacional observado nos países de economias mais desenvolvidas, deve-se ainda reconhecer que Moçambique está relativamente longe de atingir tal estágio.

Por isso, numa apreciação mais extrema, tentar levantar a questão do envelhecimento populacional num país como Moçambique parece paradoxal, pois a mesma se afigura uma preocupação prematura e desnecessariamente antecipada, fruto da importação gratuita de preocupações intelectuais e políticas exógenas.

Porém, no texto acima referido, Sugahara & Francisco (2011) colocaram o assunto numa perspectiva diferente da percepção vulgar do senso comum; na verdade, uma perspectiva proactiva, em vez de reactiva ou mesmo anti-reactiva. Convidaram o leitor a imaginar o quanto as gerações passadas teriam beneficiado se tivessem tido a possibilidade de contemplar, em plena consciência e com suficiente tempo, os momentos iniciais de grandes transformações socioeconómicas e tecnológicas, como foram, por exemplo, a revolução industrial que começou na segunda parte do Século XVIII; ou as revoluções verdes em várias regiões do mundo, no Século XX.

Ora argumentam os autores que o tipo de oportunidade que as gerações passadas teriam certamente adorado ter é precisamente a oportunidade de dispor actualmente de populações como a moçambicana. Populações ainda predominantemente jovens (na verdade mais infantis e adolescentes do que jovens) têm possibilidade de se preparar para a fase avançada de um envelhecimento demográfico que, por enquanto, ainda é embrionário, mas é previsível que para lá caminham.

Assim sendo, as actuais gerações, em Moçambique e noutros países “nascentes”, não só têm o privilégio de saber que, num futuro mais ou menos distante, a população mudará numa direcção similar à observada em populações actualmente adultas ou idosas, mas têm igualmente o privilégio de poder fazer algo, com tempo suficiente, para se prepararem e ensinarem a sociedade a tirar o melhor proveito da experiência vivida por países que, nos dois séculos passados, passaram por transformações na sua estrutura demográfica, nunca antes observadas na longa história da Humanidade.

Se irão ou não, e se sim, até que ponto poderão as gerações contemporâneas de moçambicanos aproveitar esta oportunidade impar ao seu dispor para preparar um

futuro melhor do que a maioria dos actuais idosos desfrutam actualmente, será observado na forma como o assunto aqui debatido será considerado ou não no quadro de prioridades das políticas públicas relevantes.

Numa reflexão mais cuidadosa, em que se tome em consideração as principais etapas do ciclo da vida humana, a fase de envelhecimento populacional representa uma das várias fases intrínseca e igualmente relevantes: nascimento, infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice. Somente enquanto crianças, adolescentes, ou quando muito jovens ingénuos, é compreensível o sentimento ilusório de que a sua juventude é eterna. Aliás, na infância, é improvável que uma criança possua plena consciência de que o processo da vida conduz inevitavelmente ao envelhecimento.

Existe, portanto, uma propensão, no senso comum, para o erro de percepção e entendimento sobre o significado e lugar do envelhecimento no ciclo da vida, tanto do indivíduo como da população em geral. Erro compreensível na infância e adolescência, mas não aceitável a partir da juventude, altura em que os jovens devem começar a perceber a realidade numa perspectiva mais ampla, em vez do vulgar imediatismo quotidiano. Não só perceber, mas posicionar-se sobre o rumo e o tipo de envelhecimento que espera e deseja ter na fase idosa.

Em rigor, a sugestão de se colocar um assunto como o envelhecimento populacional na agenda do desenvolvimento nacional, mesmo sabendo que o país ainda possui uma população muito jovem, é apenas um primeiro passo no sentido de se passar a lidar com a demografia de forma mais proactiva e realista do que tem acontecido. Um passo que pode contribuir para se romper com a complacência, destacada no título deste trabalho como uma certa conspiração silenciosa, para com as condições de precariedade e insegurança em que vive actualmente a generalidade da população idosa moçambicana.

O argumento segundo o qual Moçambique ainda não precisa de se preocupar com a questão do envelhecimento, pelo simples facto de a proporção da população idosa ser ainda pequena, enferma do mesmo espírito de negligência e irresponsabilidade observado entre muitos gestores do bem público. Assemelha-se, por exemplo, à justificação do burocrata, ao tomar conhecimento de alguns pequenos buracos na via pública, como ainda não são suficientemente grandes, deixam-nos crescer até os buracos adquirirem dimensão suficiente para merecerem um projecto de respeitável envergadura. Só que, no caso das pessoas, diferentemente das estradas e de outras infra-estruturas públicas, a desvalorização e subestimação de assuntos que afectam a sua vida denunciam uma atitude muito mais grave, o da insensibilidade e desprezo para com as próprias pessoas.

Em outras palavras, o facto de a população idosa moçambicana representar pouco menos de cinco por cento da população total não justifica que a mesma deixe de ser merecedora de atenção e de tratamento digno. Por outro lado, se uma sociedade, no seu estágio nascente e subdesenvolvido, carece de esforços demonstrativos que trata a sua população idosa com respeito, é duvidoso que essa mesma sociedade se prepare para o fazer quando o fenómeno do envelhecimento populacional estiver em fase avançada.

Percorrendo e revendo a literatura relevante sobre o envelhecimento, acreditamos ser possível avaliar o que os fazedores de políticas públicas e governantes estão fazendo relativamente à população idosa. Para além da revisão da literatura, nacional e internacional, susceptível de contribuir para a formulação adequada da questão do envelhecimento da população em Moçambique, neste artigo toma-se como referência principal um instrumento de política pública específico e amplamente conhecido entre os atores políticos activos: o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP).

O artigo está organizado em quatro secções principais, para além desta Introdução. A primeira secção apresenta o quadro de análise que procura conjugar a ideia acima referida, sobre a antecipação dos acontecimentos previsíveis, neste caso o envelhecimento da população moçambicana, muito antes de o fenómeno se manifestar na sua plena maturidade, com dois conceitos analíticos – curva de dependência e arco de crescimento. Ambos conceitos são usados por Shediak *et al.* (2011), na operacionalização de um modelo simples de enquadramento das principais etapas ou padrões de desenvolvimento na actualidade.

A segunda secção responde à seguinte interrogação: O que sabemos e podemos saber sobre o envelhecimento da população moçambicana? Para além do que é possível saber a partir dos dados demográficos disponíveis, é possível também determinar o estágio de envelhecimento populacional em que se encontra actualmente Moçambique. Além disso, procura-se determinar a velocidade a que a população activa está a envelhecer, o que permite identificar a posição da população moçambicana na curva de dependência e no arco do desenvolvimento, de acordo com o modelo apresentado na primeira secção.

A terceira secção lida com a questão: estará Moçambique a tentar envelhecer antes de enriquecer? Em vez de se especular sobre o que poderá Moçambique fazer no futuro mais ou menos distante, nesta secção abordam-se aspectos caracterizadores da actual população idosa: ruralização do envelhecimento? Feminização da velhice? Por que razão um número crescente de idosos tem enfrentado situações chocantes, como o abandonado pela comunidade e seus parentes, sob alegações de bruxaria?

A quarta secção considera, em particular, como é que instrumentos de política pública, tão emblemáticos como é o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), lida com a questão do envelhecimento populacional. Não obstante tratar-se de um instrumento de curto prazo, quando comparado ao horizonte das megatendências da dinâmica demográfica, o PARP reflecte o modelo de desenvolvimento social e económico em curso. Directa ou indirectamente, o PARP revela também em que medida os fazedores de políticas públicas estão de facto preocupados, ou pelo menos receptivos, a lidarem com a população idosa, numa perspectiva de protecção social que vá além do modelo de protecção social assistencialista, caritativo e frequentemente paternalista, em resposta a situações de emergência pontual.

QUADRO ANALÍTICO E METODOLÓGICO

UM GRANDE DESAFIO, UMA EXCELENTE OPORTUNIDADE

Em muitas partes do mundo, a drástica redução da taxa de fecundidade, na sequência ou em simultâneo à igualmente significativa redução da mortalidade e consequente aumento da longevidade, tem conduzido a profundas alterações demográficas, desde a base até ao topo da estrutura etária da população mundial. Não é claro se tais transformações globais na estrutura etária populacional começaram por ser consequência ou se, pelo contrário, foram uma das causas de um conjunto de transformações socioeconómicas, como a revolução industrial, a urbanização, a crescente inserção das mulheres nos sistemas de mercado de trabalho e diversos avanços na medicina moderna. De qualquer forma, o que não parece suscitar dúvidas é que a dimensão e importância das mudanças na estrutura demográfica populacional, nos dois séculos passados, não têm qualquer precedente na história da humanidade (Bongaarts 2001; Dyson 2010; Shapiro 2010; Sugahara & Francisco 2011).¹

Embora a proporção de idosos em relação à população total seja substancialmente maior nos países desenvolvidos, a transformação nos países em desenvolvimento tem sido bastante acelerada. Na segunda metade do século XX, as regiões da América Latina e da Ásia registaram mudanças rápidas e profundas nas taxas vitais, atingindo recentemente níveis de fecundidade próximos de outros países mais desenvolvidos (Alves 2008; Bongaarts 2001; Bloom *et al.* 2003; UN 2007).

¹ Shapiro (2010, p.73) chama a estas mudanças um “terramoto demográfico”: “Durante centenas de anos, em quase todos os países, cada geração era apenas ligeiramente maior ou mais pequena do que as gerações que vinham imediatamente antes ou depois”.

A África Subsariana é a única grande região continental que permanece numa fase inicial da transição demográfica, contando ainda com grandes variações regionais; mas é importante ter em atenção o facto de que, quando se consideram os dados desagregados para os países africanos, um número crescente de países estão já a viver o fenómeno do envelhecimento populacional (Bloom *et al.* 2003; Bloom *et al.* 2007; Francisco 2011d; Francisco 2010a; Francisco 2011a; Sandell 2004).

Em poucas palavras, recordando a mensagem de Sugahara & Francisco (2011), o envelhecimento populacional é uma das conquistas principais da humanidade moderna, mas os seus potenciais benefícios, para a sociedade em geral, não são automáticos nem estão antecipadamente garantidos. O facto de Moçambique se encontrar ainda numa fase embrionária do envelhecimento populacional, oferece uma oportunidade ímpar. Mas estará a sociedade moçambicana a preparar-se para aproveitar tal oportunidade?

A outra face da conquista associada ao envelhecimento populacional é o conjunto de desafios que a conquista provoca nas sociedades modernas. Neste trabalho inserimos esta ideia no quadro de uma abordagem analítica operacional apoiada na teoria demográfica, e em particular nos dois conceitos analíticos usados por Shediac e colegas (Shediac, Bernnat, *et al.* 2011; Shediac, Moujaes, *et al.* 2011) em trabalhos recentes, com vista a esboçar previsões sobre as tendências demográficas passadas e actuais, assim como as esperadas para o futuro próximo e distante, em íntima ligação com as trajectórias socioeconómicas dos países.

DEMOGRAFIA NÃO É UMA MALDIÇÃO

Richard Shediac e outros analistas da consultora Booz & Company usaram recentemente, inspirados na experiência histórica das tendências demográficas passadas, a análise demográfica de forma proactiva e criativa (Shediac, Bernnat, *et al.* 2011; Shediac, Moujaes, *et al.* 2011). Recorremos aos dois conceitos analíticos usados por estes autores para mostrar que a demografia não é uma maldição, ou um simples destino em relação ao qual os países pouco ou nada podem fazer, tendo em vista que os mesmos conceitos também aqui podem ser úteis para tornar mais operacional a ideia de que o envelhecimento é uma conquista (Sugahara & Francisco 2011).

O primeiro conceito é o da *curva de dependência*, que mostra a relação entre a população activa e não activa de um país ao longo do tempo (Shediac, Moujaes, *et al.* 2011, p.2). Os cortes etários estabelecidos para definir a população dependente são geralmente 14 ou menos anos de idade e mais de 64 anos de idade, mas, aparente-

mente, o indicador utilizado pelos pesquisadores é apenas o da taxa de dependência da população idosa, ou seja, apenas a parcela com 65 ou mais anos de idade.

O segundo conceito é o da *curva de crescimento*, que mostra o padrão da dinâmica de prosperidade de um país à medida que a sua população envelhece. A dinâmica do desenvolvimento humano – a qualidade de vida em geral e o bem-estar económico – é o indicador *proxy* para prosperidade. Ao analisá-la, é possível ver-se a jornada de cada país no processo de criação da prosperidade e igualdade.

Esta noção de que cada país segue uma trajectória específica no que diz respeito à sua “dependência” e “crescimento” é o mote para que possamos pensar e adequar políticas para cada contexto específico.

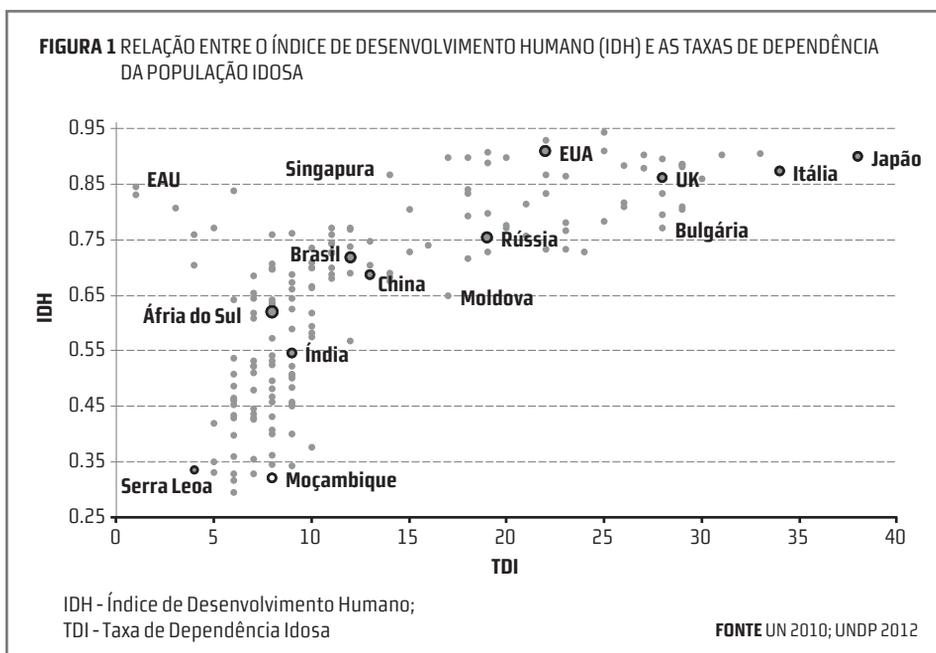
Assim, ao compreendermos melhor as curvas de dependência e de crescimento, podemos conceber estratégias mais adequadas para cada fase de desenvolvimento demográfico. Shediak, Bernnat (2011) e Shediak, Moujaes *et al.* (2011) mostram a importância destes factores para, por exemplo, determinar a velocidade a que a sua mão-de-obra está a envelhecer e preparar-se para criar um futuro auto-sustentável, evitando a insolvência a longo prazo e melhorando a qualidade de vida das gerações vindouras.

Shediak, Bernnat (2011, p.4) classificaram 131 países do mundo em quatro grupos, de acordo com uma das seguintes categorias na curva de desenvolvimento: 1) Países nascentes; 2) Países dinâmicos; 3) Países parcialmente desenvolvidos; 4) Países de desenvolvimento avançado. Segundo esta classificação, a maior parte dos países “nascentes” estão em África ou no Sudeste Asiático.

No momento em que foi feita a pesquisa, os 55 países classificados como nascentes, tais como Moçambique e Serra Leoa (Gráfico 1) totalizavam cerca de 2,5 mil milhões de pessoas, ou 39% da população mundial. A sua população dependente era dominada por pessoas com menos de 15 anos; apresentam crescimentos populacionais rápidos, com uma base muito ampla e aumentos marginais dos níveis de prosperidade e igualdade (UN 2011; UNDP 2012).

No grupo de países dinâmicos, compreendendo 33 países do total de países contemplados na pesquisa, totalizava 2,6 mil milhões de habitantes, ou 41% da população mundial. Neste grupo, a população é dominada por pessoas em idade economicamente activa; os países possuem níveis mais elevados de prosperidade e igualdade do que os países nascentes, mas a sua taxa de crescimento marginal diminuiu. A maioria dos países neste grupo encontra-se localizada na América Latina e na Ásia Oriental; entre eles estão países como o Brasil e a China (Gráfico 1).

O grupo de países parcialmente desenvolvidos, totalizando 19 países na altura em que a pesquisa se realizou, é maioritariamente do leste europeu. Totalizavam cerca de 320 milhões de habitantes, cinco por cento da população mundial; ou seja, o grupo com a menor parcela da população mundial. A sua população dependente é dominada por pessoas com 65 ou mais anos de idade; viveram a explosão demográfica do pós-2ª Guerra Mundial, mas não tiveram êxito em traduzir o chamado dividendo demográfico num crescimento económico robusto. São países como a Bulgária e Moldova, que possuem níveis de desenvolvimento “moderadamente elevados”, comparativamente aos avançados; e têm ganhos marginais mínimos em termos de prosperidade e igualdade.²



Por fim, encontra-se o grupo de países de desenvolvimento avançado, compreendendo 24 nações, dentre as quais o Japão, a Itália e o Reino Unido, com cerca de 952 milhões de habitantes, 15 por cento da população mundial. Possuem algumas características similares às dos países parcialmente desenvolvidos, nomeadamente a população dependente também principalmente composta por pessoas com 65 e mais anos de idade. Porém, este grupo posiciona-se na vanguarda da curva do desenvolvi-

² Considerando que os autores da classificação foram insuficientemente explícitos quanto aos critérios usados na classificação dos quatro grupos, de algum modo, fica-se com a impressão de que esta categoria poderá ter sido criada para acomodar os países da ex-união soviética.

mento, fruto dos maiores níveis de desenvolvimento económico. Presentemente regista aumentos mínimos na prosperidade e igualdade, observando-se alguma diversidade visível, entre, por exemplo o Japão (com a população mais envelhecida no mundo), os Estados Unidos (com uma estrutura etária relativamente mais jovem) e a grande maioria dos países situados na Europa, actualmente confrontados com a necessidade de realizarem mudanças profundas estruturais demográficas e económicas.

O recurso à abordagem de Shediak *et al.* (2011) que se acaba de apresentar surge pelo facto de os dois conceitos analíticos serem suficientemente simples e permitirem enquadrar o ponto importante sobre o envelhecimento como conquista da humanidade. Uma conquista que, no caso de Moçambique e da generalidade de países nascentes, ainda não é uma realidade para a maioria da população. Presentemente, apenas uma pequena minoria de moçambicanos consegue sobreviver tanto como os cidadãos do grupo de países de desenvolvimento avançados.

Obviamente, ao antever o potencial de mudanças positivas que as fases subsequentes, ao longo da curva de desenvolvimento, podem proporcionar às populações do mundo, concordamos com Shediak *et al.* (2011) em que tais mudanças não devem enveredar por políticas de engenharia social que subvertam as tendências, como aconteceu por exemplo na China, com a adopção da controversa política de uma criança por casal (Feng 2005; Fong 2002; Fitzpatrick 2009; Goodkind 2004; Yi 2007).

Não é oportuno, ao nível deste artigo, alongar a presente secção de enquadramento analítico e metodológico, comentando as recomendações de política de Shediak *et al.* (2011), para os quatro grupos da curva do desenvolvimento. De imediato, tomando como referência o enquadramento analítico atrás esboçado, afigura-se pertinente responder à questão: onde se encontra Moçambique nas curvas de dependência e do desenvolvimento? Esta questão é respondida na próxima secção.

MOÇAMBIQUE NAS CURVAS DA DEPENDÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO

ENVELHECER ANTES DE ENRIQUECER?

Uma das perguntas que nos colocamos durante a leitura do trabalho de Shediak *et al.* é se seria efectivamente possível identificar alguma relação entre dependência da população idosa e desenvolvimento.

Ao tentarmos reproduzir os indicadores e gráficos utilizados por Shediak *et al.* deparamo-nos com diversos pontos pouco claros na metodologia utilizada. Os exercícios iniciais e os resultados obtidos levam-nos a crer que os autores utilizaram basicamente o índice de dependência da população idosa, isto é, a relação entre a população idosa total e a população activa total, e um indicador construído com base em algumas componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A conjugação destas duas componentes resultaria, portanto, na já referida curva de crescimento.

O Gráfico 1 mostra a relação entre o índice de desenvolvimento humano e as taxas de dependência da população idosa para diversos países, e ajuda a responder graficamente à questão levantada no subtítulo deste capítulo. Embora alguns pontos (países) estejam bastante dispersos, há uma clara formação em arco, indicando que o desenvolvimento de um país, expresso pelo seu índice de desenvolvimento humano, está relacionado com o aumento da parcela idosa da sua população.

É importante notar que os dados usados na elaboração do Gráfico 1 não são comparáveis aos utilizados por Shediak *et al.* (2011, p.11), fundamentalmente por dois aspectos. Primeiro, dada a impossibilidade de confirmar categoricamente a metodologia utilizada pelos autores, que mencionam apenas terem utilizado os indicadores de prosperidade e igualdade das Nações Unidas. Em segundo lugar, o facto de os dados aqui utilizados serem mais recentes, referentes ao último relatório do desenvolvimento humano disponível, 2011, cobrindo ainda um número maior de países, 165, em vez dos 131 utilizados por Shediak *et al.* (2011).

Todavia, a despeito das diferenças metodológicas atrás referidas, o fundamental das representações gráficas produzidas por Shediak e colegas e a que se apresenta aqui são similares.

O Gráfico 1 expressa o referido fenómeno do envelhecimento populacional em nível global. Regra geral, quão mais desenvolvido é o país, maior é a participação de idosos no total da população, e maior é a taxa de dependência desta população. É o caso de países como o Japão, a Itália e o Reino Unido. O gráfico também revela as *nuances* de um processo que não tem ocorrido da mesma forma ao redor do globo. A leitura é bastante directa e simples: quanto mais elevado o ponto, mais elevado é o nível de desenvolvimento do país; quanto mais à direita, maior a taxa de dependência da população idosa.

Como veremos com maior profundidade logo adiante, Moçambique encontra-se entre os chamados países nascentes e, embora ainda com resultados muito pouco expressivos do ponto de vista do desenvolvimento humano, a taxa de dependência da

população idosa tem aumentado, sendo este processo, em comparação com países em situação de desenvolvimento semelhante, bastante acelerado.

O gráfico também destaca o facto de muitos países já possuírem uma elevada taxa de dependência da população idosa, mesmo sem ter atingido os mesmos níveis de desenvolvimento de países mais ricos, é o caso da Rússia e de muitos outros países do Leste Europeu.

Vale lembrar que o ponto mais interessante do estudo realizado pela equipa de Shediac é justamente o tentar compreender e sugerir uma organização lógica dos países segundo as suas características demográficas e de desenvolvimento.

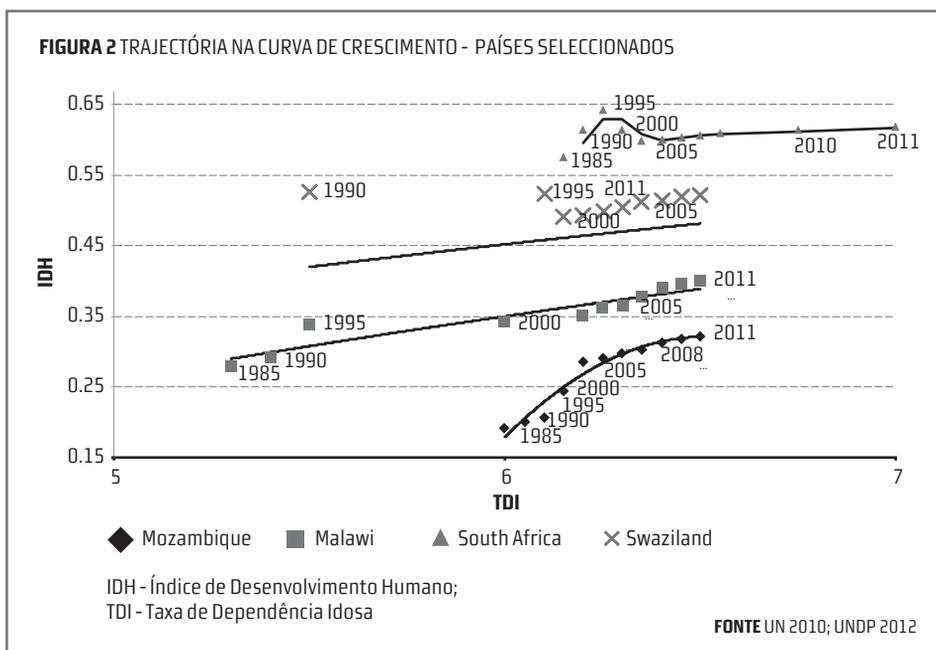
De forma directa, podemos responder à **pergunta levantada nesta secção enunciando um “sim”**, mas é preciso ter em atenção que a escolha dos indicadores implica alguns cuidados nesta afirmação. Ao escolhermos o índice de desenvolvimento humano como indicador de desenvolvimento, temos de nos lembrar que o próprio indicador tem, implícita, a componente idade, a expectativa de vida, o que, por si só, questiona, do ponto de vista metodológico, a análise do ponto de vista matemático.

Por outro lado, é também importante destacarmos que há diversos exemplos onde esta relação não se verifica. É plenamente possível um país apresentar melhorias nos seus indicadores de desenvolvimento, sem observar um aumento da parcela idosa da sua população, e vice-versa.

No Gráfico 1, podemos facilmente identificar alguns destes exemplos, são os pontos que fogem muito à curva que pode ser traçada no meio da “nuvem” entre os países com IDH mais baixo, como Moçambique, os países com IDH mais alto como o Japão. No quadrante superior esquerdo do gráfico, temos países como os Emirados Árabes, que apesar de ainda terem uma taxa de dependência da população idosa bastante baixa, possuem um IDH elevado. Neste caso, o elevado PIB *per capita*, advindo da riqueza do petróleo, muda bastante o posicionamento do país no índice de desenvolvimento humano. No caso de países como Moldova e a Bulgária, o processo de envelhecimento tem ocorrido de forma mais acelerada do que o seu desenvolvimento humano.

O Gráfico 2 representa a trajectória na curva de crescimento para Moçambique e três dos seus vizinhos. Como na maior parte dos países nascentes, os países em questão **possuem ainda uma população idosa com peso reduzido no total da população**, situação esta que, segundo projecções, deverá perdurar até à metade do século. A história recente de conflitos, de instabilidade política e económica também se reflecte na trajectória errática dos exemplos aqui observados. Será somente com o avançar dos

anos que os pontos devem começar a deslocar-se para a direita do eixo x, e, conforme o avançar nos seus indicadores de desenvolvimento, a posição em relação ao eixo y, devem começar a subir.



O que chama a atenção, no caso particular de Moçambique, é que o país observa hoje uma taxa de dependência da sua população idosa muito semelhante ao de outros seus vizinhos, mas com o índice de desenvolvimento significativamente inferior. Ou seja, já denota sinais de que está a envelhecer sem enriquecer (pelo menos do ponto de vista do desenvolvimento humano).

CUIDAR DO PRESENTE, PREPARAR O FUTURO

PENSAR NO ENVELHECIMENTO PARA ALÉM DO CORTE ETÁRIO

Como vimos na introdução deste artigo, discutir o tema do envelhecimento populacional em Moçambique implica o confronto com pelo menos três grandes desafios: (i) A incipiente reflexão sobre o tema; (ii) A dificuldade em encontrar uma forma de lidar com a questão do envelhecimento populacional numa sociedade com uma população predomi-

nantemente infanto-juvenil; e (iii) A identificação de opções de políticas públicas adequadas à natureza e condições demográficas e económicas da sociedade moçambicana.

No capítulo anterior buscámos **fundamentalmente situar os dois primeiros desafios** apresentando uma perspectiva global das transformações demográficas. Dando continuidade à reflexão iniciada sobre as especificidades do processo de envelhecimento populacional moçambicano, avançamos a seguir com algumas características até aqui já identificadas no âmbito de um projecto mais extenso desenvolvido pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

Antes de avançarmos na análise quantitativa do envelhecimento populacional em Moçambique, cabe lembrar que o percurso a ser feito no confronto dos desafios mencionados, também se deve passar necessariamente por uma reflexão mais aprofundada do significado da velhice no contexto específico moçambicano. Isto é, reconhecer o facto de que os idosos não são todos iguais, e que, ao falarmos da periodização da vida e das relações entre gerações, também estamos a mostrar como um processo biológico é investido culturalmente e elaborado simbolicamente, com rituais que demarcam fronteiras entre idades (Debert 1999).

Sendo instrumentalmente imprescindível a definição de um grupo através de um corte etário rígido, no caso dos idosos habitualmente os 60 anos, é importante ressaltar que tal procedimento tem fortes, e eventualmente negativas, implicações. Se por um lado devemos reconhecer que a idade é um elemento fundamental para a organização social dos indivíduos, e um importante instrumento de compreensão, avaliação e definição de políticas, como por exemplo na atribuição de um determinado benefício social que tenha como foco as necessidades específicas reconhecidas em cada uma das etapas da vida, por outro, é importante ter em mente que são poucos os trabalhos que procuram efectivamente compreender a heterogeneidade de experiências presente em grupos diversos (Sugahara 2009).

Como recordam Vos *et al.* (2009), a própria concepção de velhice varia de acordo com o contexto social. Em muitos países desenvolvidos, a idade de 65 anos é habitualmente utilizada como marco para a velhice. Tal conceito deriva do facto de esta ser a idade em que uma parcela significativa da população torna-se elegível a pensões integrais e outros benefícios da segurança social. Os autores recordam que nem mesmo a idade pode ser tida como um parâmetro estático, lembrando que, em 1900, a expectativa de vida nos países industrializados situava-se entre os 45 e 50 anos, e que, pouco mais de um século depois, a expectativa de vida para a população mundial ronda os 65 anos e espera-se que até 2050 seja os 75 anos.

Apenas para ilustrar esta ideia no contexto moçambicano, podemos lembrar que um avô ou avó moçambicano, muitos deles com 35-40 anos, nada se parece com um avô ou avó europeu, geralmente na casa dos 60 anos de idade e com cabelos grisalhos. Aliás, basta andar nas ruas para notar que os cabelos brancos, que usualmente nos dão indício do tempo, são raros na paisagem do país. É justamente pelo facto de serem raros, em minoria, que muitos enfrentam problemas graves de discriminação e vulnerabilidade, como, por exemplo, a acusação de bruxaria³.

Após esta breve introdução do debate que ainda deve ser feito, vale salientar a importância da demarcação de grupos populacionais para a formulação de políticas públicas. Como lembra Camarano (2004), é através destas demarcações que se torna possível identificar beneficiários para focalizar recursos e conceder direitos. No caso específico do critério etário de definição de idoso para as políticas públicas, a grande vantagem reside na facilidade de sua verificação.

Embora reconheça a necessidade de algum grau de pragmatismo nos conceitos utilizados, a autora destaca que, como qualquer outra classificação, a de “idoso” simplifica a heterogeneidade desse segmento e, por isso, está sujeita a incluir indivíduos que não necessitem de tais políticas ou a excluir os que delas necessitem⁴.

É importante ter em mente que o debate acerca da “definição de idoso” não constitui um puro exercício académico e filosófico. De facto, este debate tem fortes implicações na construção da relação da sociedade com os seus idosos.

Moçambique encontra-se ainda nos “primórdios” do chamado processo de transição demográfica⁵ (Arnaldo 2007; Francisco 2011a; Francisco 2011e; INE 2010a). Segundo o INE (2010b), a idade mediana da população moçambicana é de 17 anos, enquanto o grupo de pessoas com 60 ou mais anos de idade representa 4,7% da população total (cerca de um milhão de pessoas).

Como apontam Sugahara & Francisco (2011), o facto de, em geral, todos termos o desejo de viver mais nos remete para a ideia de que o envelhecimento populacional

³ Para mais informações sobre o tema ver Silva (2011).

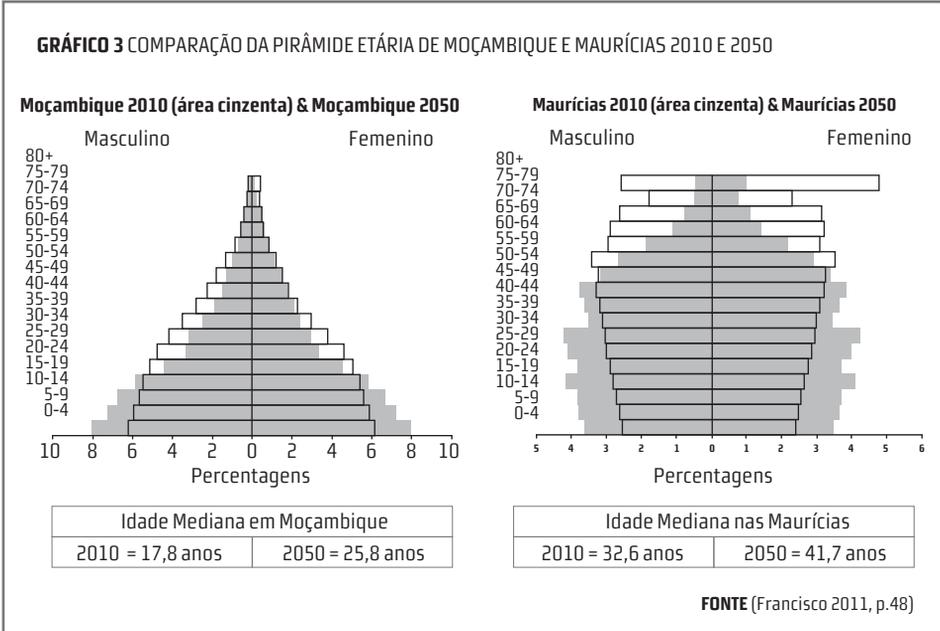
⁴ Para a autora, há duas maneiras de reduzir a incidência desse tipo de erro, sendo que ambas exigem um melhor conhecimento das peculiaridades da população em questão: (i) Aprimorar critérios de forma a aumentar a precisão das definições, com um ou mais marcos que permitam identificar melhor os indivíduos com certas características; (ii) Modificar os conteúdos das definições por determinados critérios, assumindo que os marcos utilizados são referências apropriadas apenas para algumas das características buscadas (Camarano 2004).

⁵ Mais especificamente na chamada “fase 2”, caracterizada por uma Taxa Bruta de Natalidade (TBN) elevada e uma diminuição na Taxa Bruta de Mortalidade (TBM), que tem como consequência um forte crescimento da população (Francisco 2011b).

é em si uma conquista. Em termos técnicos, é um fenómeno que resulta do aumento da esperança de vida à nascença e da redução da fecundidade numa determinada população. Um fenómeno que está longe de ser um tema de nova investigação. É bem visível a alteração etária ao longo do tempo, da forma clássica piramidal da estrutura da população para formas mais rectangulares, fruto da redução dos grupos de idades mais jovens e aumento dos grupos idosos (Gráfico 3).

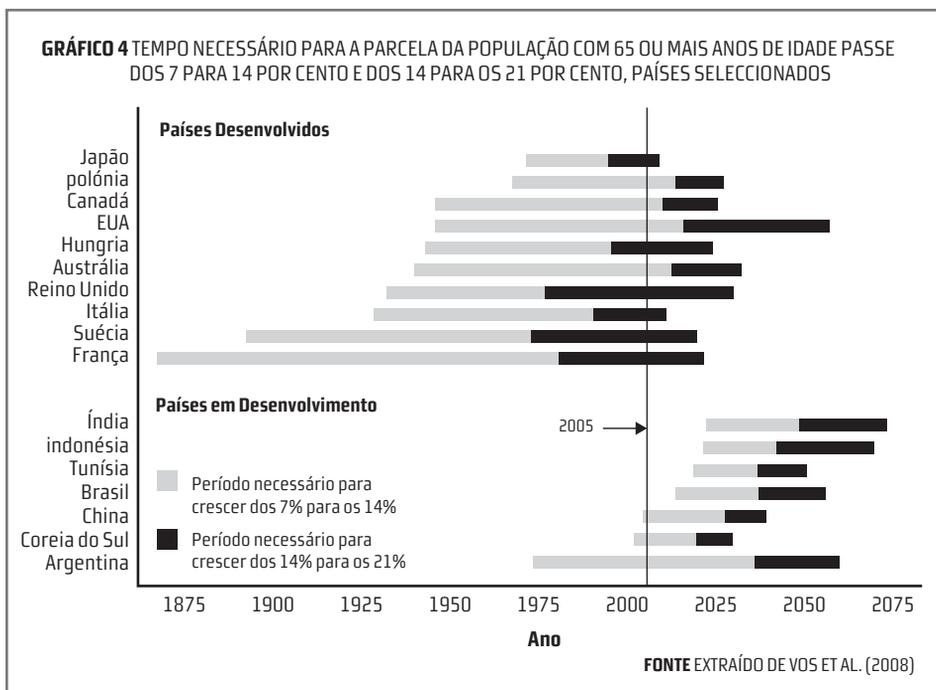
A drástica redução da taxa de fecundidade, na sequência ou em simultâneo com a significativa redução da mortalidade e expansão da longevidade, tem gerado profundas alterações demográficas desde a base até ao topo da estrutura etária populacional, como se ilustra no Gráfico 3, referente às Maurícias (país vizinho). São transformações globais que ocorrem a ritmos diferentes, observadas em todas as regiões do mundo, ao longo dos últimos dois séculos e meio.

Não é claro se tais transformações globais da estrutura etária começaram por ser consequência ou se, pelo contrário, foram uma das causas da revolução industrial, da urbanização, da crescente inserção das mulheres nos sistemas de mercado de trabalho e diversos avanços na medicina moderna. Devido ao facto de a transição demográfica ter sido muitas vezes acompanhada do crescimento económico, por vezes assume-se que ela é uma consequência do crescimento económico, uma perspectiva que tem vindo a ser posta em causa (Dyson 2010).



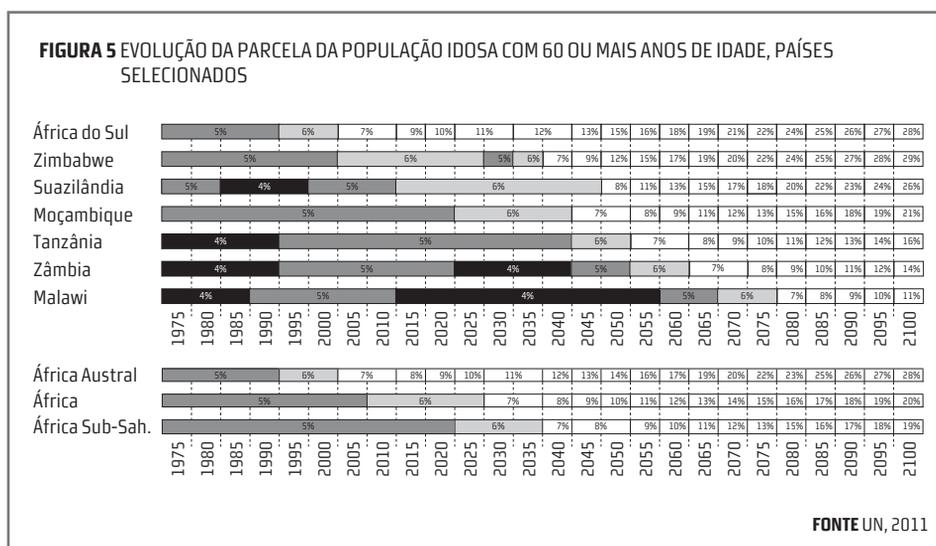
Enquanto diversos países ocidentais evoluíram de forma progressiva, tanto no processo de transição demográfica como do desenvolvimento económico, um número crescente de países encontra-se actualmente na situação delicada de terem envelhecido mais depressa do que enriqueceram. É o caso de países como a China, o Brasil e muitos outros, que viveram processos acelerados de transição demográfica na segunda metade do Século XXI. “Envelhecer antes de enriquecer?”, pergunta colocada por Brito (2010), surgiu precisamente numa análise sobre a possibilidade de o Brasil envelhecer antes de conseguir enriquecer.

O Gráfico 4 mostra que a velocidade do envelhecimento populacional nos países em desenvolvimento tende a ser mais acelerada do que nos países desenvolvidos. O mesmo Gráfico 4 mostra o tempo necessário para a população com 65 ou mais anos de idade aumentar de uma proporção de 7 para 14 por cento, e dos 14 para os 21 por cento, variando significativamente entre os países. Por exemplo, na França o aumento dos idosos de 7 para 14 por cento demorou cerca de cem anos, mas em apenas 40 anos a sua proporção aumentou para 21 por cento da população total. Em países como o Brasil, a China e a Coreia do Sul, a mudança nas proporções foi muito diferente, em alguns casos inversa, do que aconteceu na França ou na Suécia.



Em Moçambique, embora o ritmo de crescimento da parcela da população idosa seja relativamente lento⁶, a questão levantada por Brito é pertinente e deve ser tida em conta na difícil tarefa de contextualização do debate acerca do envelhecimento populacional no país. A própria questão do “ritmo” desta transformação também merece uma análise sistemática e aprofundada. À semelhança do que investigadores como Arnaldo (2007) fizeram relativamente aos determinantes próximos da fecundidade em Moçambique, é preciso compreender também os principais determinantes da mortalidade entre os grupos mais idosos. E o foco não precisa, nem deve, restringir-se apenas aos aspectos demográficos.

O Gráfico 5 mostra a evolução da participação da população com 60 ou mais anos de idade em relação ao total da população para Moçambique e os seus países vizinhos, bem como o mesmo indicador para a África, África Austral, e África Subsaariana.



⁶ Segundo as projecções das Nações Unidas (UN 2011), a proporção da população moçambicana com idade inferior a 15 anos deverá diminuir de 44% em 2010 para 30% em 2050, enquanto a população idosa (com 60 e mais anos) poderá aumentar de cinco para oito por cento no mesmo período (INE 2010c, p.48) (Gráfico 3).

Destaca-se o facto de a participação da população idosa no total da população ter uma característica exponencial, isto é, se em Moçambique demoramos mais de 45 anos para observar um aumento da parcela idosa da população dos 5 por cento para os 6 por cento, espera-se que esta transformação ocorra a um ritmo bem mais acelerado no futuro, apenas mais 15 anos para os 7 por cento, 10 anos para os 8 por cento, etc.

Isto significa que uma transformação, até então “muito distante”, passa a ser palpável para as gerações presentes. Um moçambicano nascido hoje depara-se com um contingente de pouco mais de um milhão de idosos, os tais cinco por cento da população. Ao atingir a velhice, este mesmo moçambicano já fará parte de uma minoria um pouco “maior”, algo entre doze e treze por cento da população.

Ao desenvolvermos a análise sobre algumas das características da actual população idosa que habita Moçambique, pretendemos chamar a atenção para a urgência em lidar com os desafios postos aos cerca de um milhão de idosos que já existem no país. A forma como lidamos hoje com o tema do envelhecimento moldará a relação da sociedade com este grupo, e materializará uma preocupação que também deve ser perspectivada a longo prazo. Sem grande probabilidade de incorrerem em erro, podemos afirmar que, após uma análise ainda superficial, mesmo diante de uma população idosa relativamente pequena, a sociedade moçambicana já se mostra incapaz de proporcionar uma vida digna e inclusiva aos mesmos, sendo ainda cada vez mais latentes os problemas gerados desta fricção entre gerações.

O QUE SABEMOS MAIS SOBRE O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL EM MOÇAMBIQUE?

Em geral, a literatura disponível sobre o tema do envelhecimento populacional em Moçambique ainda é escassa, problema particularmente acentuado se focarmos a produção de trabalhos mais ligados à ciência económica e à demografia.

O corte etário oficialmente utilizado para a identificação dos idosos em Moçambique foi definido na Resolução nº 84/2002 (GdM 2002) considerando idosas as pessoas do sexo feminino com mais de 55 anos de idade, e as pessoas do sexo masculino maiores de 60 anos de idade.

Antes de avançarmos, cabe ainda um breve comentário sobre a qualidade dos dados doravante utilizados. No que diz respeito às fontes internacionais, não pretendemos aqui desenvolver muito o debate relativo à qualidade dos mesmos, mas a opção funda-se basicamente no reconhecimento das instituições citadas e no benefício em recorrer a uma fonte minimamente imparcial para se comparar diferentes países.

No que diz respeito às **informações obtidas junto ao INE, em particular relativas** à idade dos indivíduos, recorreremos ao trabalho de Arnaldo (2007, pp.50–63), que apresenta uma avaliação dos dados dos Censos de 1980 e 1997 e de outros inquéritos. Sem replicar as análises feitas para as fontes de dados utilizadas neste artigo, pretendemos apenas oferecer um parâmetro de discussão sobre a questão da qualidade desta informação.

Utilizando técnicas consagradas na demografia como: a identificação de padrões de preferência digital, sendo o índice de Myers a sua forma aplicada; e o exame de razões de sexo por idade da população, Arnaldo afirma que as maiores distorções nos dados são devidas à má declaração da idade ou comparação com idade, e que os dados dos referidos censos têm erros, mas estes não são severos para impedir o uso de técnicas indirectas de estimação.

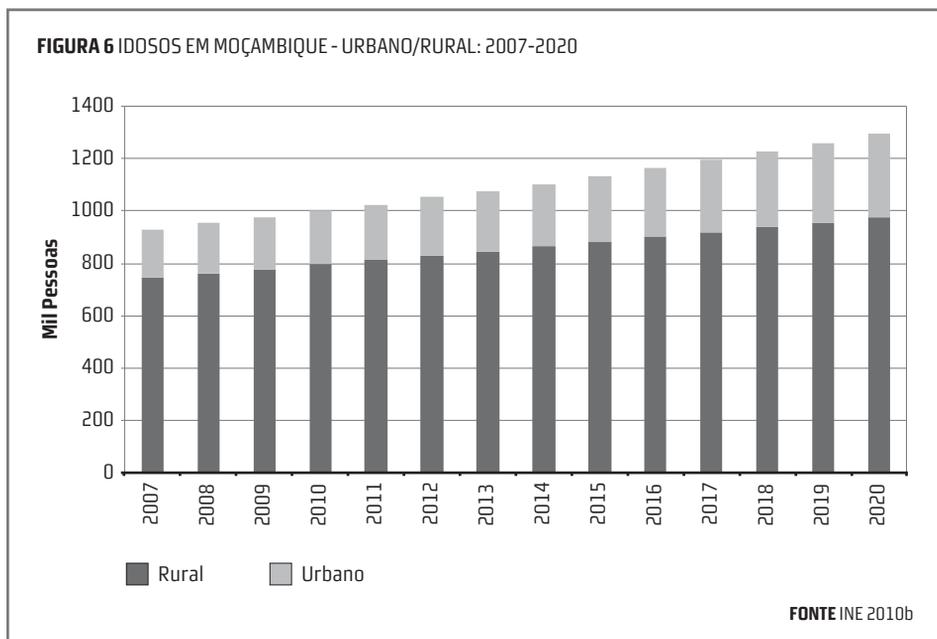
O autor assinala ainda que toda a análise e os métodos aplicados mostraram que a qualidade dos dados de declarações de idades e paridade são melhores no censo de 1997 do que no de 1980, assim como a Região Sul apresentou melhor qualidade nos dados em comparação com as Regiões Norte e Centro, o que, como afirma Arnaldo, não surpreende, visto que o nível de escolaridade, maior na Região Sul, está directamente ligado a um melhor fornecimento de informação.

Passemos então para a análise da informação quantitativa disponível. O primeiro aspecto que chama a atenção no caso moçambicano é o ritmo do seu processo de envelhecimento populacional. Como em muitos outros países classificados como “nascentes” por Shediak *et al.*, as projecções demográficas disponíveis indicam que, ao longo da primeira metade do corrente Século XXI, o aumento da proporção de idosos deverá ocorrer lentamente (INE 2010c).

A primeira característica peculiar que destacamos sobre o processo de envelhecimento populacional moçambicano é o facto de o mesmo ser um fenómeno com maior intensidade nas áreas rurais. Enquanto nos países desenvolvidos os idosos estão sobrerrepresentados nas cidades, a maior parte dos idosos moçambicanos está e deve permanecer nas áreas rurais.

O Gráfico 6 mostra as projecções do (INE 2010b) até 2020. Embora a taxa de crescimento da população idosa a viver nas cidades seja bem mais elevada (0,8% a.a., em comparação com 0,23% a.a. observados nas áreas rurais), cerca de 75% da população idosa deve continuar a viver no campo. Actualmente esta proporção ronda os 80%, sendo os idosos, portanto, sobrerrepresentados no campo (a distribuição global em Moçambique é de aproximadamente 71,4% de residentes em áreas rurais).

Para se ter uma visão geral da situação rural em Moçambique, um bom ponto de partida é o Censo Agro-pecuário publicado pelo INE de Moçambique (INE 2001), cuja versão mais recente à data da publicação deste artigo é o realizado entre 2009 e 2010. Os dados do Censo revelam que, entre os 3,8 milhões de propriedades rurais em Moçambique (com um tamanho médio de 1,5ha), apenas 4% (144 mil) utilizam fertilizantes, 3% (96 mil) utilizam pesticidas, e cerca de 5% (201 mil) possuem sistema de irrigação. Só 2%(88 mil) obtiveram acesso ao crédito.⁷

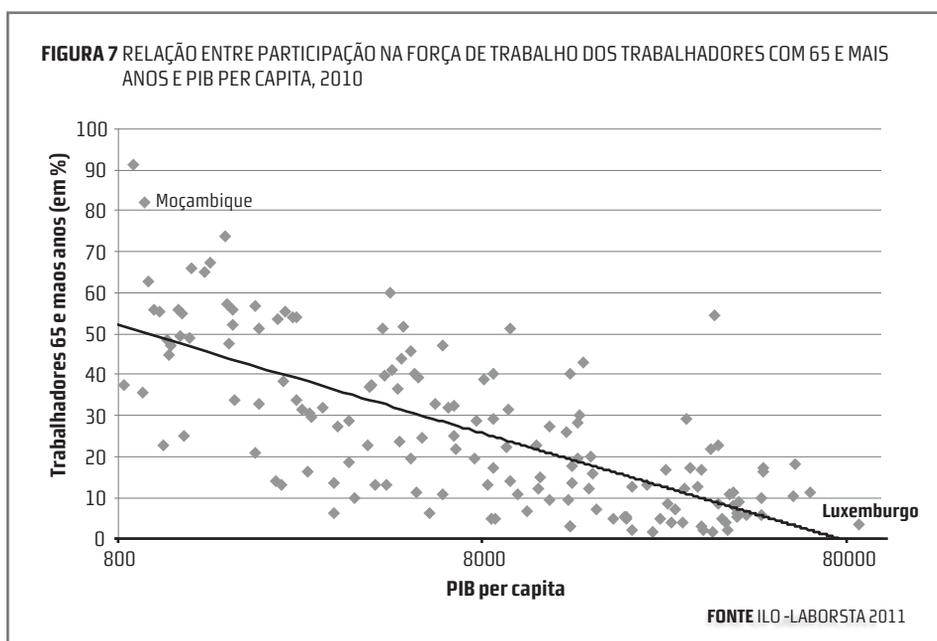


A maior parte da terra ainda é utilizada para a produção de alimentos, mas, segundo o Censo, 1,6 milhões das propriedades rurais, 42% do total, não foi capaz de produzir alimentos suficientes para alimentar as suas famílias, fazendo com que as mesmas eventualmente (ao longo do período do inquérito) consumissem menos comida do que a quantidade normal a que estão habituados.

A “ruralização do envelhecimento” em Moçambique também nos pode auxiliar a compreender outra característica particular, o facto de a participação dos idosos na composição da força de trabalho estar entre as mais elevada do mundo (Gráfico 7), o

⁷ Parte significativa das propriedades rurais que utilizam técnicas modernas de produção e tiveram algum acesso ao crédito localizam-se na região de Tete, o que seria um forte indício de que estes recursos são mobilizados para a produção de Tabaco.

que, de alguma forma, desafia o uso do termo “dependente” para designar esta população. Vale lembrar que uma das principais características que identificam a velhice nos países desenvolvidos é o facto de o trabalhador interromper as suas actividades e passar à reforma. De facto, diversos estudos apontam uma forte alteração nas fontes de rendimentos dos indivíduos quando atingem determinada idade. Na Europa, Oceânia e América do Norte, a participação dos idosos na força de trabalho é sempre inferior a 10%. Lembra-se ainda que nestes países a parcela idosa da população já representa algo como 20% (ILO 2011).



Para além da “ruralização do envelhecimento”, outras explicações para a elevada participação dos idosos moçambicanos na força de trabalho encontram-se justamente na limitada existência de esquemas de protecção social capazes de garantir ao idoso a sua sobrevivência. A forte relação apresentada no gráfico entre o PIB *per capita* e a participação dos idosos também reflecte o facto de terem sido os países mais ricos os primeiros a introduzirem sistemas de pensão.

Por fim, os dois últimos aspectos relacionam-se com a organização familiar e a vulnerabilidade das mulheres idosas moçambicanas. Segundo Cunha & Orton (2011), com um número crescente de órfãos [segundo o MICS (INE 2008), 17% das crianças são órfãs

de um ou ambos os pais ou vulneráveis devido ao HIV/SIDA], tem-se assistido a uma proliferação das situações em que são os idosos que assumem a responsabilidade da educação das crianças. Recordam ainda que, devido à situação de vulnerabilidade que muitos idosos enfrentam, também observamos um impacto significativo nos níveis de educação, de nutrição e de saúde destas crianças, com consequências negativas em termos presentes e futuros. Esta “nova composição” de famílias, no limite inteiramente formada por “potenciais dependentes”, é um ponto importante a reter na formulação de políticas.

A “feminização” da velhice observada ao redor do mundo também deve ocorrer em Moçambique. A um nível global, enquanto a distribuição da população em geral é relativamente equitativa em relação ao género (metade de homens e metade de mulheres), para a população com 60 ou mais anos de idade, esta proporção é significativamente mais favorável às mulheres. Segundo o *World Economic and Social Survey* das Nações Unidas (UN 2007), para cada 100 idosas no mundo, há um correspondente de 82 idosos.

Aliado ao facto da probabilidade de as mulheres sobreviverem até aos 60 anos ser maior do que para os homens, constata-se ainda que, uma vez atingida esta idade, as mulheres devem ter uma expectativa de vida bem mais elevada do que a observada entre os homens com idade semelhante. Como consequência, a proporção de mulheres entre a população idosa tende a aumentar substancialmente conforme avançamos na escalada da idade.

Em Moçambique, o fenómeno ocorre de forma bem menos expressiva. Embora as mulheres idosas sejam mais numerosas do que os homens em todas as faixas etárias, esta proporção tende a diminuir entre todos os grupos etários com mais de 60 anos, ao contrário do que tem sido observado para o conjunto da população global. A excepção é o grupo mais velho, 80 e mais anos de idade, onde a proporção de mulheres deve continuar a aumentar (Tabela 1).

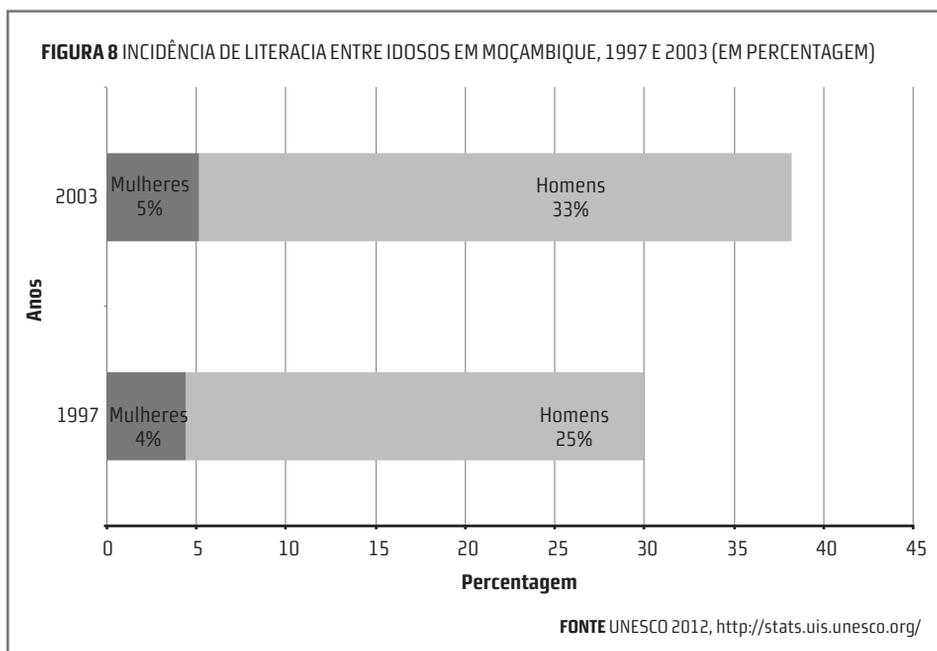
O facto de a proporção de mulheres idosas não ser tão mais alta do que a de homens idosos, está relacionado com o facto de Moçambique encontrar-se ainda no período inicial da sua transição demográfica, como referido no capítulo anterior. A proporção de homens idosos em relação às mulheres moçambicanas, segue a tendência observada para países em desenvolvimento, onde a diferença de género não resulta em grandes discrepâncias relativas à expectativa de vida dos indivíduos.

TABELA 1 PROPORÇÃO DE GÉNERO DA POPULAÇÃO IDOSA MOÇAMBICANA – HOMENS POR 100 MULHERES (2010 E 2050)

Age	2010	2050
55-59	98,82	98,95
60-64	98,77	98,95
65-69	98,70	98,96
70-74	98,67	98,82
75-79	98,59	98,47
80+	98,44	98,21

FONTE UN 2011

Para além do já mencionado tema da violência contra a mulher idosa, outros indícios podem auxiliar-nos a compreender a questão da vulnerabilidade destas mulheres, como por exemplo a questão da literacia. Segundo as estatísticas mais recentes da UNESCO (2012), a incidência de literacia entre as mulheres idosas em 2003 era de apenas 5%, enquanto para os homens idosos este indicador rondava os 33% (Gráfico 8).



Outro exemplo da discrepância de género pode ser encontrado nas estatísticas do último Censo Agro-pecuário, que revelou que, embora 15 por cento das pequenas

e médias explorações sejam chefiadas por indivíduos com 60 ou mais anos de idade, apenas um em cada três desses chefes é mulher (Tabela 2).

TABELA 2 NÚMERO DE PEQUENAS E MÉDIAS EXPLORAÇÕES POR SEXO DO CHEFE E GRUPOS ETÁRIOS (MILHARES E %)

Grupos Etários	Mulher	Homem	Total	%
10 a 19	26,0	36,1	62,1	1,62%
20 a 29	191,5	584,0	775,5	20,26%
30 a 39	273,4	797,9	1071,3	27,99%
40 a 49	199,9	597,3	797,2	20,83%
50 a 59	168,1	382,0	550,1	14,37%
60 a 69	120,4	233,5	353,9	9,25%
70 a 79	52,1	108,4	160,4	4,19%
80 a 89	17,6	32,1	49,7	1,30%
90 +	2,6	4,1	6,7	0,18%
TOTAL	1051,7	2775,2	3826,9	

FONTE Censo Agro-pecuário 2009-2010, (INE 2001) / Elaboração própria.

POLÍTICA PÚBLICA E POPULAÇÃO IDOSA

Se a demografia da população não for entendida como um destino, espera-se que os fazedores de políticas e os actores económicos e da sociedade civil façam mais do que simplesmente assumir que as características demográficas são predestinadas e imutáveis. Destacamos até aqui algumas ideias sobre o envelhecimento populacional, no que têm de relevante para o caso particular de Moçambique. Porém, será que em Moçambique as políticas públicas revelam um entendimento proactivo, ao invés de reactivo, para com os desafios e as oportunidades demográficos, em geral, e do envelhecimento populacional, em particular?

Nesta secção responde-se à questão anterior, centrando a atenção na forma como a política pública em Moçambique tem lidado, directa ou indirectamente, com os comportamentos demográficos da população, com incidência na população idosa. Esta secção centra a atenção em questões de política pública especificamente relevantes para o tema deste artigo – como é que os instrumentos de política pública lidam com as questões demográficas e de protecção social directamente relevantes para a população idosa?

Em conformidade com o acordo entre os colaboradores do livro *Desafios para Moçambique 2012*, também neste caso, o debate sobre a política pública centra-se no Programa de Acção e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) - o qual, na sua versão actual, passou a designar-se por Programa de Acção e Redução da Pobreza (PARP) (GdM 2011).

Por PARPA(s) entende-se aqui a série de documentos que ao longo da última década o Governo de Moçambique (GdM) tem elaborado, em íntima articulação com os seus parceiros de ajuda internacional ao Estado Moçambicano. Uma série implementada em quatro etapas, cada uma correspondente a um dos quatro documentos de referência: PARPA 2000-2004 (PRSP-Interino), o qual cobriu apenas o ano 2000; PARPA I (2001-2005), PARPA II (2006-2009) que se estendeu até 2010; e PARP (2011-2014) (IMF 2001; MPF 2000; Francisco 2012b; GdM 2006; GdM 2011).

Antes de referir como e o que os PARPAs espelham, em termos de percepção e atitude dos responsáveis pelas políticas públicas sobre o perfil demográfico e em particular da população idosa, um breve esclarecimento justifica-se a este nível. Primeiro, o presente artigo assenta no pressuposto de que, fazendo parte de uma colectânea de trabalhos focalizados nos PARPAs/PARP, vários assuntos abordados por outros autores certamente estarão relacionados com o tema deste artigo. Não foi possível, por falta de tempo para a devida interacção, avaliar o que nos outros artigos é consistente (principalmente os que lidam com questões macroeconómicas, sistema financeiro e fiscalidade), ou contraria a abordagem deste trabalho.

Segundo, um de nós abordou recentemente, num artigo individual (Francisco 2012b), e volta a abordar num artigo inserido no mesmo livro a que pertence este texto (Francisco 2012a; Francisco 2012b), questões macro (demográficas e económicas) de extrema importância para a avaliação das perspectivas sobre protecção social em Moçambique, com particular destaque para a relação entre política pública e intervencionismo, ou melhor, intervencionismos em Moçambique. Neste artigo, por questões de espaço não se repete, nem mesmo resume, os principais argumentos dos recentes artigos de Francisco (2012a; 2012b) quanto à natureza, origem, utilidade, méritos e deméritos dos PARPAs. De qualquer forma, tais argumentos são tomados em consideração, passando-se de seguida para os aspectos que mostrem como os PARPAs espelham e percebem o lugar e a função da população idosa, no contexto da dinâmica demográfica e do desenvolvimento em Moçambique.

OS PARPAS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA

O PARPA Interino de 2000, único documento dos quatro PARPAs apresentado como estratégia em vez de plano (IMF 2000), conteve uma breve contextualização demográfica e macroeconómica da pobreza em Moçambique; destacou a situação actual e as perspectivas de evolução de importantes indicadores demográficos, tais como: taxa de crescimento populacional, esperança de vida à nascença, taxa total de fecundidade e taxa de dependência. Relativamente à população idosa, o PARPA Interino integrou-a no chamado grupo populacional mais desfavorecido, conjuntamente com crianças e deficientes, atribuindo assim ao sector da Acção Social do Governo o papel de contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social do grupo socialmente mais desfavorecido, identificando acções como as seguintes: melhoria da qualidade dos serviços de assistência social aos grupos desfavorecidos, visando reduzir a pobreza urbana e rural; reforço do papel da família na protecção e desenvolvimento de todos os membros, com particular atenção para as crianças, deficientes e idosos; e realização da meta específica de assistência social de cobertura de um total de 629.270 idosos no âmbito do programa de subsídio alimentar.

O PARPA I (2001-2009), tal como o PARPA Interino, mostrou também alguma sensibilidade, tanto em relação ao contexto demográfico da pobreza como à necessidade de as políticas económicas e sociais tomarem em consideração a estrutura bastante jovem da população moçambicana, como refere o texto, “... típica dum país em vias de desenvolvimento” (MPF 2001, p.27). A população idosa foi identificada como um dos “principais grupos alvo da Acção Social” do Estado, conjuntamente com a criança, a mulher e a pessoa portadora de deficiência:

O Estado tem responsabilidades especiais sobre os cidadãos e segmentos sociais que por razões de suas condições particulares (físicas, psíquicas ou de estatuto social) se possam qualificar de vulneráveis, perante a dinâmica da organização e opções de gestão social e económica. Ao Estado cabe providenciar: (a) suporte para o seu enquadramento na vida normal da sociedade; e (b) protecção social àqueles sob risco de queda na indigência e ou delinquência... É de salientar que outras acções específicas de Acção Social assentam na procura, dentro do possível, de promover o “empowerment” dos elementos/grupos vulneráveis, minimizando-se a dependência em eventuais subsídios/caridade (MPF 2001, p.83).

Diferentemente dos anteriores PARPAs, a partir do PARPA II (2006-2009), o breve enquadramento demográfico da pobreza desapareceu dos textos dos documentos. O PARPA II ainda inclui algumas referências dispensas às taxas de dependência, com destaque para as famílias mais pobres (GdM 2006, pp.19, 23, 24). Sobre

a população idosa, manteve a abordagem dos PARPAs anteriores, particularmente a atribuição da responsabilidade pública formal ao sector da Acção Social. Na actual legislatura, a designação de “Acção Social” foi substituída pela actual designação “Mulher e Acção Social”, o que em si é controverso, ao circunscrever as questões sociais à mulher (a qual, de forma frequentemente vulgarizadora e incorrecta, é tratada como sinónimo de “género”, como se o feminino fosse o único género entre os humanos). Assim, em conformidade com os estereótipos prevaletentes na cultura moçambicana, e não só, no contacto do Estado com os idosos, a “Mulher e Acção Social” trata os idosos como parte dos grupos sociais desfavorecidos, conjuntamente com crianças órfãs, deficientes, mutilados, doentes e a própria mulher. De forma explícita, o PARPA II definiu o seguinte objectivo principal para a “Pessoa Idosa”: “garantir assistência social à pessoa idosa em situação de pobreza absoluta” (GdM 2006, pp.111, 113).

Por último, o PARP 2011-2014 já nada contém quer sobre o enquadramento demográfico da pobreza, quer sobre a população idosa em particular. O capítulo inicial do PARP sobre a situação socioeconómica em Moçambique focaliza-se na estabilidade macroeconómica e no crescimento acelerado da economia; exalta a tendência positiva dos indicadores de desenvolvimento humano que revelam melhorias, como seja, o acesso à educação, acesso melhorado aos serviços de saúde, aumentos na posse de bens duráveis pelas famílias e melhorias na qualidade de habitação; a redução da taxa de mortalidade infanto-juvenil de 245,3 óbitos em cada mil nascidos vivos em 1997, para 138 por mil em 2008; a redução da taxa de mortalidade infantil de 143,7 óbitos por mil nascidos para 93 óbitos por mil entre 1997 e 2008; a redução da taxa de mortalidade materna de 692 para 500 mortes em cada cem mil nascimentos vivos entre 1997 e 2007 (GdM 2011).

Entretanto, como seria escandaloso escamotear por completo a gravidade dos indicadores sociais básicos dos moçambicanos, o PARP acaba por admitir existirem disparidades notórias entre zonas e variações em termos de género: “Não obstante os progressos assinalados e entre vários grupos na sociedade, sendo que o segmento populacional constituído pelas mulheres, crianças, pessoas idosas, portadoras de deficiência e com doenças crónicas, o que se mostra mais vulneráveis” (GdM 2011, p.8). Em todo o texto principal do PARP, esta é a única referência à população idosa.⁸

⁸ No Anexo 1 do PARP existe uma outra menção à população idosa: “Promover e prestar assistência e integração social dos grupos em situação de vulnerabilidade, particularmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência”.

Em rigor, a ausência no PARP do mínimo de enquadramento demográfico do que por ventura se possa entender por “crescimento económico inclusivo para redução da pobreza” não significa que o documento carece de qualquer indicação, tanto implícita como involuntária, a aspectos que, de alguma forma, reflectem a posição de Moçambique na “curva do desenvolvimento” atrás referida. O mais provável é que a forma como os três objectivos gerais identificados pelo PARP⁹ forem ou não implementados influencie e seja influenciada, directa ou indirectamente, pelo conjunto de possíveis tendências demográficas, que o documento assume como dado e não explícita. Esta falta de explicitação, ou porque os autores não reconhecem a sua importância, ou porque partilham da perspectiva da demografia como destino, o certo é que existem tendências possíveis e prováveis que mereciam melhor consideração. Além disso, a dinâmica da estrutura etária e a tendência para engrossar a proporção de pessoas em idade economicamente activa, com a consequente pressão directa no mercado de trabalho e emprego, carecem também de um tratamento minimamente satisfatório.

A pobreza de conteúdo demográfico no texto do PARP é particularmente intrigante, sabendo que a sua elaboração surgiu numa altura em que já estavam disponíveis os dados demográficos resultantes do censo populacional de 2007 e uma vasta e rica diversidade de outros dados estatísticos e de análises inexistentes nos anos em que os dois PARPAs iniciais foram elaborados e implementados (Cunguara & Hanlon 2010; DNEAP 2010; INE 2010a).

Em resumo, da revisão comparada dos quatro PARPAs observa-se uma tendência preocupante quanto ao seu conteúdo e relevância para o tema deste trabalho. À medida que os PARPAs se têm sucedido como “instrumento de programação rolante e dinâmico” (MPF 2001, p.1), menor tem sido o entendimento sobre a importância e o papel dos factores demográficos no desenvolvimento socioeconómico moçambicano, em geral, e na dinâmica da pobreza, em particular. Além disso, também tem diminuído a sensibilidade sobre as características distintivas da população idosa, a qual continua a ser colocada no chamado grupo da população desfavorecida. Um grupo populacional cuja dimensão não é definida, porque os critérios de inclusão das crianças, idosos, deficientes e mulheres no grupo de desfavorecidos são geralmente indefinidos.

⁹ 1) Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira; 2) Promoção do emprego; e 3) Desenvolvimento humano e social (GdM 2011, p.5).

A NATUREZA REACTIVA E ASSISTENCIALISTA DOS PARPAS

A anterior revisão das quatro etapas do PARPA, consideradas em referência aos principais documentos, ainda que muito resumida, é suficiente para perceber que o GdM dispõe de uma certa política pública para com a população idosa. Uma política pública, nuns casos explícita, noutros casos implícita, que o subtítulo desta secção identifica como reactiva e assistencialista. Porquê reactiva e assistencialista?

A política pública para com a população idosa é reactiva porque se manifesta fundamentalmente como impulso, reacção ou resposta a acontecimentos inesperados e externos (e.g. acontecimentos naturais e sociais à formulação reflectida e consideração planeada do Governo sobre o papel que a população idosa desempenha e deve desempenhar no desenvolvimento actual e futuro de Moçambique. Ao longo das duas décadas passadas, o GdM tem reagido, com maior ou menor prontidão e dependendo da dimensão dos efeitos negativos ou danosos causados por acontecimentos tanto naturais (cheias, secas, ciclones) como sociais (crise alimentar, revoltas populares como as que aconteceram em Maputo, em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010).

A resposta reactiva das políticas públicas parece dever-se a factores diversos, de ordem institucional e cultural, incluindo a grande e prolongada dependência da ajuda financeira e técnica internacional. Factores como a crença de que as dificuldades e problemas enfrentados pela população têm um culpado exterior, superior à capacidade institucional de preparação com antecipação, para eventuais efeitos e impactos negativos de eventos inesperados. Além disso, as instituições e os actores públicos não agem nem decidem em função de valores e critérios de responsabilização controlável, em função de práticas de trabalho realmente inclusivas, descentralizadas, participativas e transparentes. Isto é testemunhado pelo carácter generalista, ambíguo e impreciso como os documentos do PARPA reportam, no que toca o cumprimento e incumprimento dos objectivos específicos, tarefas e metas neles apresentados.

Parte significativa das acções e programas públicos acontecem em resposta a danos e prejuízos causados por acontecimentos que não foi possível antecipar a tempo, mas uma outra parte importante deriva da fraca manutenção, ou mesmo negligência, no uso das infra-estruturas e de meios de trabalho (e.g. os danos causados pelas explosões do paiol Março de 2007, na Cidade de Maputo; inundações causadas por incorrecto manejo das águas dos rios e barragens; falta de conservação dos meios de salvamento para situações de incêndios, cheias e incidentes por outras causas).

Por outro lado, a política pública governamental pode ser considerada assistencialista, não por responder a situações (choques e calamidades) inesperadas, acidentais e temporárias, mas por converter o assistencialismo na sua política regular estruturante da protecção social. Esta distinção é importante sublinhar. Em princípio, o assistencialismo não tem de ter uma conotação pejorativa. Ele é necessário como resposta a situações diversas decorrentes das incertezas e imprevisibilidades da vida. São muitas as situações difíceis provocadas por catástrofes naturais (e.g. cheias, seca, ciclones) ou crises políticas e económicas (inundações causadas por desastres em barragens, danos provocados por incêndios ou explosões, crises financeiras, entre outras) que requerem uma assistência específica e urgente, imediata, flexível e efectiva, com vista a restabelecer a normalidade e ajudar as pessoas afectadas.

Todavia, o assistencialismo temporário torna-se problemático quando é convertido numa prática política e método regulares, seja por que razão for: por mero populismo para ganhar votos; ou por resistência dos líderes e governantes à criação e estabelecimento de instituições menos discricionárias e dependentes do imprevisto, da arbitrariedade e da subjectividade. Neste caso, o assistencialismo mistura-se, confunde-se ou ocupa o lugar de uma política pública estruturante, sistemática, previsível, explícita e transparente. Em suma, os efeitos do assistencialismo prolongado assemelham-se aos efeitos descritos por Walzer (1983) em relação à caridade privada, “produz a dependência pessoal e, portanto, também os vícios habituais da dependência: de um lado deferência, passividade e humildade; e arrogância do outro”.

Sobre isto convém referir que a natureza assistencialista da política pública do Governo Moçambicano não resulta apenas, nem depende unicamente, dos actores nacionais. Há mais de um quarto de século que o Estado Moçambicano beneficia de um elevado apoio financeiro e técnico, principalmente no orçamento de estado, funcionamento e gestão pública (Francisco 2010b; Francisco 2011e, p.291). Agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como os doadores bilaterais e organizações não-governamentais (ONGs) têm desempenhado uma intervenção e contribuição activa e directa na manutenção da estabilidade social, política e económica do País. Em particular, o FMI exerce um papel regular e de monitoria dos instrumentos de política pública e mecanismos macroeconómicos da economia formal, com particular incidência para instrumentos como o PARPAs.

Na verdade, tanto o conceito como o modelo do PARPA, que na versão inglesa é conhecido por PRSP (*Poverty Reduction Strategy Paper*), foram concebidos e criados

pelo FMI e pelo Banco Mundial em 1999. Estas agências criaram o PRSP, entre várias razões, para melhor responsabilizarem e envolverem os próprios beneficiários dos seus programas de intervenção e reforma conjuntural e estrutural, em relação ao que tinha acontecido com os seus anteriores mecanismos de Facilidade de Ajustamento Estrutural (“ESAF” na sigla inglesa de *Enhanced Structural Adjustment Facility*) (Ames *et al.* 2002; IMF 2011; Francisco 2012b).

Significa, assim, que um bom entendimento da abordagem e da metodologia do PARPA passa pelo entendimento da abordagem de actores tão intervenientes e fundamentais na gestão pública como são, no caso de Moçambique, o FMI e o Banco Mundial. Isto é particularmente válido para o PARPA, o qual só se torna válido e implementável se aprovado pelo Governo Moçambicano e pelo FMI. Por exemplo, o PARP 2011-2014 foi aprovado, pela parte governamental, na 15ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, de 3 de Maio de 2011, e pelo Conselho de Administração do FMI na sequência da sua avaliação de Junho de 2011 ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (IMF 2011).

Consequentemente, em relação especificamente ao assunto deste trabalho, o conteúdo dos PARPAs sobre o papel da demografia e da população idosa, em particular, é substancialmente influenciado pelas abordagens do FMI e do Banco Mundial. Em trabalhos recentes, Francisco (2010b, pp.46–48) reconheceu o mérito dos programas assistencialistas, promovidos pelo Governo Moçambicano e seus parceiros internacionais, no esforço de mitigação de riscos; na compensação dos efeitos e impactos negativos resultantes da ruptura de circuitos produtivos e comerciais, que as instituições básicas da sociedade são incapazes de superar sozinhas, sobretudo em situações inesperadas e em caso de necessidade de socorro urgente (calamidades naturais, fome, epidemias, crise nutricional). No seu conjunto, segundo Francisco, os inúmeros programas assistencialistas, financiados por agências internacionais como o Banco Mundial, FMI, ONU e diversas ONGs, desempenham uma função social muito mais relevante do que o valor identificável no contributo prestado aos directos beneficiários. A ajuda internacional recebida por Moçambique tem contribuído decisivamente para evitar que o Estado Moçambicano se converta num Estado Falhado, no sentido de perder a capacidade de proporcionar o mínimo de ordem social (Francisco 2010b; Francisco 2012b).

Nesta perspectiva, ainda que os críticos da enorme proliferação de programas assistencialistas (desdobrados em múltiplos planos, estratégias e projectos de acção) tenham frequentemente razão ao questionarem os seus impactos reais, também não

se pode escamotear a relevância do seu agregado, na garantia da estabilidade social geral do País. Mesmo se os programas assistencialistas não dispõem de mecanismo previsíveis, protectores e estáveis, numa perspectiva duradoira e transformadora (Devereux, 2006), o seu principal papel poderá ser contribuir para o tipo de estabilidade e tranquilidade nas condições de falência crónica que o Governo e seus parceiros internacionais têm consigo manter e prolongar (Francisco 2010b, p.48).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a publicação do seu ensaio sobre “A Velhice” (Beauvoir 1990), publicado no final dos anos 1970, Simone de Beauvoir buscava quebrar o que chamou de “conspiração do silêncio” que pairava sobre o tema. Passados mais de 40 anos desde a primeira publicação de “A Velhice”, Moçambique depara-se com um processo de envelhecimento populacional “lento”, num contexto em que certamente se questionaria o processo descrito por Beauvoir. Por outro lado, os idosos moçambicanos deparam-se com barreiras semelhantes às **descritas pela autora, a mesma conspiração do silêncio, eventualmente com uma origem diversa.** Este artigo é, portanto, uma clara tentativa de romper com esta conspiração.

Ao trazer o tema do envelhecimento esperamos ressaltar a importância, os riscos e, principalmente, as oportunidades advindas das transformações impostas pelos fenómenos demográficos. Principalmente se tivermos em conta o momento em que estamos, onde ainda temos o privilégio de pensar e preparar-nos, com tempo, para as consequências que elas trarão.

Como vimos, o processo de envelhecimento populacional Moçambicano possui algumas particularidades. O ritmo desta transformação, a sua característica rural, o contexto de alta dependência económica do país são apenas algumas das variáveis para as quais chamamos a atenção, pois nos dão bons indícios para compreendermos também as necessidades particulares desta população e, conseqüentemente, respostas específicas em termos de políticas públicas.

O tema do envelhecimento populacional em Moçambique enfrenta, portanto, desafios tanto na esfera conceptual e analítica, quanto na definição e reflexão de políticas públicas nos três níveis de organização territorial: central, provincial e distrital. Lembra-se ainda a fundamental necessidade de estabelecer metas para diferentes horizontes temporais: curto, médio e longo prazos.

Ao focarmos a nossa análise no PARP, e tendo em conta que o mesmo é um instrumento de política pública de curto prazo, que reflecte o modelo de desenvolvimento social e económico em curso, esperamos ter avançado na compreensão da percepção e receptividade dos fazedores de políticas públicas sobre a problemática da população idosa. Uma compreensão que precisa de ir para além do modelo assistencialista, caritativo e frequentemente paternalista, em resposta a situações de emergência pontual.

No concreto, ao não incluir claramente os idosos entre os “outros grupos vulneráveis” (GdM, pp. 28-32), ou no mínimo misturar as políticas destinadas aos mesmos com outros grupos, o documento impede que seja constituído um efectivo instrumento de combate àquela vulnerabilidade tão específica.

Urge também avançar no debate acerca da relação da sociedade moçambicana com os seus idosos, debate este que deve claramente beneficiar do longo percurso já feito nos países desenvolvidos e nas diversas organizações internacionais que têm lidado com o tema. A mensagem é clara: Não faz sentido repetirmos os mesmos erros frequentemente cometidos nos países desenvolvidos, em termos de definição de políticas públicas. Não é preciso esperar para que os ataques e a violência contra os idosos aumentem à escala do aumento desta parcela da população. Não se pode perder a oportunidade de cultivar o que ainda resta na sociedade moçambicana do respeito e apreço pelos idosos, quando ainda são eventualmente tidos como sábios e referências.

Pensar o presente e preparar o futuro de Moçambique passa por garantir que todos os indivíduos possam participar plenamente na sociedade e dar o seu contributo para o desenvolvimento do país. A parcela mais velha já o fez e a sociedade tem a obrigação de fornecer as condições para que continue a fazê-lo.

REFERÊNCIAS

- Alves, J.E.D., 2008. A transição demográfica e a janela de oportunidade. *Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*. Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/pesquisas/arquivos/2008/a-transicao-demografico-e-a-janela-de-oportunidade.php> [Acedido February 20, 2012].
- Ames, B., Bhatt, G. & Plant, M., 2002. Taking Stock of Poverty Reduction Efforts. *Finance and Development | F&D*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2002/06/ames.htm> [Acedido March 28, 2012].

- Arnaldo, C., 2007. *Fecundidade e seus determinantes próximos em Moçambique: uma análise do níveis, tendências, diferenciais e variação regional*, Texto Editores.
- Beauvoir, S. de, 1990. *A velhice*, Nova Fronteira.
- Bloom, D.E. et al., 2007. *Realizing the Demographic Dividend: Is Africa any different?*, Harvard: Harvard University. Disponível em: www.hsph.harvard.edu/.../pgda_wp23_2007.pdf.
- Bloom, D.E., Canning, D. & Sevilla, J., 2003. The Demographic Dividend. *RAND Corporation*. Disponível em: http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1274.html [Acedido February 20, 2012].
- Bongaarts, J., 2001. Dependency Burdens in the Developing World. In N. Birdsall, A. C. Kelley, & S. Sinding, eds. *Population Matters*. Oxford: Oxford University Press, pp. 55–64. Disponível em: <http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0199244073.001.0001/acprof-9780199244072-chapter-3>.
- Brito, F., 2010. A Reinvenção da Transição Demográfica: Envelhecer Antes de Enriquecer? *CEDEPLAR/FACE/UFMG, BELO HORIZONTE*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/GD%20401.pdf>.
- Camarano, A. ed., 2004. *Os novos idosos brasileiros : muito além dos 60?*, Rio de Janeiro: IPEA.
- Cunguara, B. & Hanlon, J., 2010. O Fracasso na Redução da Pobreza em Moçambique. *LSE website*. Disponível em: <http://search.lse.ac.uk>. [Acedido January 23, 2012].
- Cunha, N. & Orton, I., 2011. Estender a Cobertura da Protecção Social num Contexto de Alta Informalidade da Economia: necessário, desejável e possível? *Cadernos IESE*, 5, p.43.
- Debert, G.G., 1999. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*, Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).
- DNEAP, 2010. *Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*, Maputo: Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNE-AP), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD). Disponível em: http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=catview&gid=61&Itemid=50&lang=pt.
- Dyson, T., 2010. *Population and Development: The Demographic Transition*, Zed Books.
- Feng, W., 2005. *Can China Afford to Continue Its One-Child Policy?*
- Fitzpatrick, L., 2009. China's One-Child Policy. *Time*. Disponível em: <http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1912861,00.html> [Acedido February 24, 2012].

- Fong, V.L., 2002. China's One-Child Policy and the Empowerment of Urban Daughters. *American Anthropologist*, 104(4), pp.1098–1109.
- Francisco, A., 2010a. *Enquadramento Demográfico da Protecção Social em Moçambique: Dinâmicas Recentes e Cenários Prospectivos*. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=search&q=enquadramento.
- Francisco, A., 2010b. Moçambique: Protecção Social no Contexto de um Estado Falido mas não Falhado. In L. de Brito *et al.*, eds. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Expectativas para Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 37–95. Disponível em: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A., 2011a. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A., 2011b. A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49(1), pp.5–35.
- Francisco, A., 2011c. Enquadramento Demográfico da Protecção em Moçambique. *Cadernos IESE*, 6. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_documents.
- Francisco, A., 2011d. *Protecção Social no Contexto da Transição Demográfica Moçambicana*, Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_documents.
- Francisco, A., 2011e. Ter Muitos Filhos, Principal Forma de Protecção Social numa Transição Demográfica Incipiente. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp. 231–282. Disponível em: www.iese.ac.mz.
- Francisco, A., 2012a. Política Pública e Intervencionismo em Moçambique: Por Que Existe o PARO em Moçambique? In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Francisco, A., 2012b. Por que o PARP Existe em Moçambique? – Versão completa do artigo publicado no Semanário Canal de Moçambique. *Canal de Moçambique*, pp. Parte 1 (pp. 16–18); Parte 2 (pp. 18–23).
- GdM, 2002. *Política para a Pessoa Idosa e a Estratégia de sua Implementação*, Governo de Moçambique (GdM).
- GdM, 2006. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARPA) 2006–2009*, Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.

- GdM, 2011. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*, Maputo: Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.
- Goodkind, D.M., 2004. China's Missing Children: The 2000 Census Underreporting Surprise. *Population Studies*, 58(3), pp.281-295.
- ILO, 2011. Economically Active Population, Estimates and Projections (6th edition, October 2011). *ILO LAORSTA Internet*. Disponível em: http://laborsta.ilo.org/applv8/data/EAPEP/eapep_E.html.
- IMF, 2000. Republic of Mozambique, Interim Poverty Reduction Strategy Paper. Disponível em: <http://www.imf.org/external/NP/prsp/2000/moz/01/INDEX.HTM>.
- IMF, 2001. Mozambique Poverty Reduction Strategy Paper, April 30, 2001. Disponível em: <http://www.imf.org/External/NP/prsp/2001/moz/01/index.htm>.
- IMF, 2011. IMF Executive Board Completes Second Review Under Policy Support Instrument for Mozambique, Press Release N° 11/240. *International Monetary Fund*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pr11240.htm>.
- INE, 2001. Censo Agro-Pecuário CAP 2009-2010: Resultados Definitivos - Moçambique.
- INE, 2008. *MICS (Multiple Indicator Cluster Survey) - Relatório Final*, Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE).
- INE, 2010a. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 - 2040). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz/ [Acedido June 17, 2011].
- INE, 2010b. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 - 2040). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz/ [Acedido June 17, 2011].
- INE, 2010c. Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, Moçambique (2007 - 2040). *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz/ [Acedido June 17, 2011].
- MPF, 2000. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004)* Ministério do Plano e Finanças (MPF), Maputo: Promédia.
- MPF, 2001. Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP). Disponível em: http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.

- Sandell, R., 2004. North Africa: Grappling with Demography. *Working Paper*, 56/2004. Disponível em: www.realinstitutoelcano.org/documentos/147/Sandell147.pdf [Acedido September 6, 2011].
- Shapiro, R., 2010. *O Futuro, Uma Visão Global do Amanhã*, Lisboa: Actual Editora.
- Shediak, R., Bernnat, R., *et al.*, 2011. New Demographics: Shaping a Prosperous Future as Countries Age. Disponível em: www.booz.com/media/uploads/Booz-Co-New-Demographics.pdf.
- Shediak, R., Moujaes, C.N. & Najjar, M.R., 2011. Demographics Are Not Destiny. *Strategy+Business Magazine*. Disponível em: <http://www.strategy-business.com/article/00091?gko=36862>.
- Silva, T. da, 2011. Violência contra a pessoa idosa: do invisível ao visível. *Revista Kairós Gerontologia*, 14(1), pp.65–79.
- Sugahara, G.T.L., 2009. *Cidades Criativas e Envelhecimento Populacional*. Lisbon, Portugal: ISCTE-IUL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2036>.
- Sugahara, G.T.L. & Francisco, A., 2011. Envelhecimento Populacional em Moçambique: Ameaça ou Oportunidade? *IDeAS No. 37p*, p.2.
- UN, 2007. *World Economic and Social Survey 2007: Development in an Ageing World – 60th Anniversary Edition, 1948–2007* 60th ed., United Nations (UN).
- UN, 2011. World Population Prospects, the 2010 Revision. *United Nations (UN)*. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/unpp/p2k0data.asp> [Acedido July 1, 2011].
- UNDP, 2012. *Human Development Report 2011: Sustainability and Equity – A Better Future for All* 1a ed., New York: United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/>.
- UNESCO, 2012. UNESCO Institute for Statistics. *UNESCO – Uniyede Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Disponível em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/tableviewer/document.aspx?ReportId=143> [Acedido June 24, 2012].
- Vos, R., Ocampo, J.A. & Cortez, A.L., 2009. *Ageing and Development*, Zed Books.
- Yi, Z., 2007. Options for Fertility Policy Transition in China. *Population and Development Review*, 33(2), pp.215–246.